



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

TERESINHA TRAVASSOS SOUSA

**A CONSTRUÇÃO DE UM AMBIENTE ESCOLAR DEMOCRÁTICO ATRAVÉS DA
INCLUSÃO**

**CAMPINA GRANDE – PB
2014**

TERESINHA TRAVASSOS SOUSA

**A CONSTRUÇÃO DE UM AMBIENTE ESCOLAR DEMOCRÁTICO ATRAVÉS DA
INCLUSÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Prof^ª Msc. Grygena dos Santos
Targino Rodrigues

**CAMPINA GRANDE – PB
2014**

S725c Sousa, Teresinha Travassos.

A construção de um ambiente escolar democrático através da inclusão [manuscrito] : / Teresinha Travassos Sousa. - 2013.
26 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2013.

"Orientação: Profa. Ma . Grygena dos Santos Targino Rodrigues, Departamento PROEAD".

1. Exclusão. 2. Inclusão. 3. Diversidade I. Título.

21. ed. CDD 370

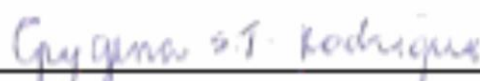
TERESINHA TRAVASSOS SOUSA

**A CONSTRUÇÃO DE UM AMBIENTE ESCOLAR DEMOCRÁTICO ATRAVÉS DA
INCLUSÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em *Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares*, da Universidade Estadual da Paraíba, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

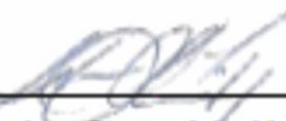
Data da avaliação: 19 de julho de 2014.

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Ma. Grygena dos Santos Targino Rodrigues (UEPB)

Orientadora



Prof. Dr. José Joelson Pimentel de Almeida (UEPB)

Examinador

Prof.ª Dr.ª Cristiane Agnes Stolet Correia (UEPB)

Examinadora

AGRADECIMENTOS

Estudar é uma tarefa obrigatória de todo profissional, independente da sua área de atuação e eu, no auge dos meus 60 anos bem vividos aceitei o desafio de cursar essa especialização, e hoje, chegando a etapa de conclusão, quero agradecer a todas as pessoas que de alguma forma me ajudaram a chegar até aqui.

Agradeço a Deus, por toda a bondade e pelas bênçãos que realiza em minha vida.

Aos professores do Curso de Especialização, meu agradecimento por todo o aprendizado e pela convivência.

A minha filha Thaís Jamilla, que também segue a carreira docente, agradeço a presença forte em minha vida.

A minha orientadora Professora Grygena Rodrigues, muito obrigada pelo carinho, atenção, dedicação e principalmente pelo aprendizado compartilhado.

Ao nosso coordenador de curso, Professor Joelson Pimentel, o meu muito obrigada pela sua simpatia, ensinamentos e pela amizade que me devota.

Agradeço também aos meus colegas de trabalho por todas as informações socializadas, pela amizade e claro, pelo carinho.

RESUMO

Nas últimas décadas do século XX, os debates em torno do acesso e do direito de todos à educação ocorreu de forma mais integral e com mais veemência, em relação aos debates já desencadeados em anos anteriores. Muitos são os estudiosos e pesquisadores que defendem a cada novo dia em suas obras a necessidade de constituir uma escola, na qual a prática pedagógica seja estruturada, de modo a contemplar as necessidades de todos de forma igualitária. A sociedade, no decorrer dos tempos, tem adquirido novas formas de ver e lidar com as diferenças entre os indivíduos, e nota-se uma maior aceitação, com relação às mais diversas/variadas formas de viver (escolhidas por cada um), de acordo com a cultura, a época e até mesmo os valores vigentes.

PALAVRAS-CHAVE: Exclusão. Inclusão. Diversidade.

ABSTRACT

In the last decades of the twentieth century, debates around access and the right of all to education occurred more fully and more strongly in relation to already triggered debates in previous years. Many are the scholars and researchers who advocate each new day in his works, the need for establishing a school in which teaching practice is structured so as to accommodate the needs of everyone equally. The company, throughout the ages, has acquired new ways of seeing and dealing with the differences between individuals, and notes a greater acceptance regarding the most diverse / varied ways of living (chosen for each), according with culture, time and even the current values.

KEYWORDS: Exclusion. Inclusion. Diversity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO I COMPREENDENDO OS FATORES DA EXCLUSÃO SOCIAL	12
CAPÍTULO II É POSSÍVEL UM AMBIENTE ESCOLAR INCLUSIVO?	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	24

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX, os debates em torno do acesso e do direito de todos à educação, ocorreu de forma mais integral e com mais veemência, em relação aos debates já desencadeados em anos anteriores. Muitos são os estudiosos e pesquisadores que defendem a cada novo dia em suas obras, a necessidade de constituir uma escola, na qual a prática pedagógica seja estruturada, de modo a contemplar as necessidades de todos de forma igualitária.

A sociedade, no decorrer dos tempos, tem adquirido novas formas de ver e lidar com as diferenças entre os indivíduos, e nota-se uma maior aceitação, com relação as mais diversas/variadas formas de viver (escolhidas por cada um), de acordo com a cultura, a época e até mesmo os valores vigentes.

Durante muito tempo a principal ocorrência da exclusão social, ocorreu com as pessoas que apresentavam algum tipo de deficiência. Os motivos que geravam as manifestações ofensivas aconteciam por motivos mínimos, como por exemplo, sentar na primeira fila o aluno que apresentava problema de visão e que usava óculos, os alunos considerados baixinhos, pois aqueles de maior estatura física nem sempre queriam sentar nos últimos lugares, e principalmente quando a atenção do professor era mais voltada para o aluno, considerado especial, pois os colegas muitas vezes o consideravam incapaz ou pejorativamente, retardado/imbecil.

As causas para a ocorrência da deficiência já foram muitas vezes atribuídas à responsabilidade divina, sendo o deficiente caracterizado como aquele que merece castigo de Deus e ao mesmo tempo necessita da caridade daqueles que acreditavam nos preceitos religiosos, determinados pela salvação através do amor aos semelhantes. (PESSOTTI, 1984).

Com base na discussão acerca da temática debatida nesse estudo, trazemos a seguinte pergunta norteadora: De que forma a escola pode contribuir com a construção de um ambiente que inclua e não exclua seus indivíduos?

Estabelecemos como objetivo geral, discutir o conceito de inclusão social e revelar as principais formas ofensivas de exclusão no ambiente escolar, que acarretam no afastamento de muitas crianças e jovens do contexto educacional e até do meio social.

E propomos como objetivo específico,

Revelar a partir da leitura de livros, artigos, revistas, jornais e diversos gêneros acadêmicos, que versam sobre os principais fatores que ainda desencadeiam a exclusão social

no ambiente escolar, e, de que forma essa realidade pode ser transformada, para a construção de espaços democráticos de aprendizagem que incluam os cidadãos, independente de suas escolhas.

Situações de violência ocorrem tanto nas unidades de educação básica pública, quanto nas unidades de ensino privado, ou seja, os alunos considerados de maior prestígio, por frequentarem as melhores escolas do país devido estrutura física e avaliações brasileiras, as quais analisam a qualidade do ensino, esses alunos “privilegiados” também manifestam suas intolerâncias, isto é, o preconceito e a discriminação não ocorrem apenas na escola, onde estuda o filho do pobre, considerado pela sociedade, como a classe mal-educada do século XXI.

Comprendemos a importância e relevância desse estudo para o contexto escolar, tendo em vista as suas contribuições com os debates já ocorridos no contexto acadêmico por diversos autores e pesquisadores, que se preocupam com um tema considerado tão antigo, mas que ao mesmo tempo nunca esteve tão presente nas escolas do mundo inteiro, afinal, qual unidade escolar não tem matriculado alunos negros, brancos, magros, gordos, altos, baixos, alunos de periferia, de classe média, alunos moradores de favelas, crianças adotadas, com algum tipo de deficiência física ou mental, alunos homossexuais, crianças ou jovens que apresentam algum tipo de intolerância religiosa, devido à cultura, na qual foram inseridos por seus pais.

Há quem diga que os muros de uma escola podem esconder muitos problemas e isso me permite refletir na condição de educadora há mais de 03 décadas, no quanto precisamos melhorar nossa prática de ensino, para que possamos construir ambientes educacionais mais democráticos, para que o conhecimento seja construído de forma compartilhada, mas que não haja tanta diferença, tanta escola, afinal, em muitos dos eventos ocorridos no ambiente escolar, há uma seleção dos alunos mais bonitos, mais bem vestidos, de maior poder aquisitivo, para estar na “linha da frente” representando a sua escola.

A sensação que tenho é de que, para cada evento ocorrido, selecionam sempre aqueles e aquelas que melhor podem representar a ocasião e o nome da escola, afinal, negros, meninas de cabelo ruim, pobres, gays, lésbicas, pessoas que vestem somente roupas pretas, gordos, são considerados alunos problemáticos, pois sofrem humilhação dos seus colegas, e muitas vezes, determinados profissionais da educação culpam essas pessoas por suas escolas, ou seja, acham que não são tão normais, quanto os demais alunos.

As escolas não podem simplesmente vetar os “alunos-problemas”, conforme muito são assim tachados por seus gestores escolares, professores e muitas vezes pelos pais/responsáveis

de alunos que compõem os conselhos escolares e concluem que podem interferir no direito de quem pode ou não ser matriculado na mesma escola de seus filhos, pois há o receio de que o seu venha a ser tornar também um famigerado “aluno-problema”.

Acreditamos que nossa pesquisa poderá trazer respostas esclarecedoras do ponto de vista da inclusão social e seus benefícios, para a construção de um ambiente escolar democrático, com ideias inovadoras, metodologias de ensino criativas, processos avaliativos contínuos, um espaço educacional, onde possam ser debatidos temas diversos, de baixa ou alta complexidade, onde cada pessoa envolvida possa ter consciência dos seus deveres e dos seus direitos e principalmente, um espaço de conhecimento e convivência, onde os conflitos possam ser encarados e resolvidos com verdade, disciplina e senso de justiça.

Essa pesquisa pode ser classificada como pesquisa descritiva e qualitativa e também segue um viés de cunho bibliográfico, tendo em vista que iremos dialogar com obras de diversos autores, que expõem seus pontos de vista, acerca da temática abordada, como forma de dialogarmos sobre a importância de lutar por ambientes escolares mais democráticos, onde cada criança ou jovem tenha sua liberdade de escolha garantida, sem que se torne mais uma vítima, dos alarmantes números que tratam da violência física e verbal, registrada nos órgãos de segurança pública do nosso país.

Segundo Vergara (2007) a pesquisa descritiva pode ser definida por expor características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.

A pesquisa descritiva pode ser compreendida também, tomando como base as palavras de Gil (1995), quando esclarece que,

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento da relação entre as variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados. [...] São incluídas neste grupo as pesquisas que tem por objetivo levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população. (GIL, 1995, p. 46).

Como já mencionamos acima, nosso estudo também segue um viés de cunho bibliográfico por se tratar de um “estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”. (VERGARA, 2007, p. 48).

Uma pesquisa de forma geral é definida como uma investigação minuciosa e sistemática, com o objetivo de descobrir fatos relativos a um campo do conhecimento. Pesquisa, também é considerada, um processo sistemático de construção do conhecimento que tem como metas principais gerar novos conhecimentos e comprovar ou até mesmo contestar algum conhecimento que já existente.

Como forma de destacarmos e ampliarmos nossa discussão de cunho metodológico, trazemos as contribuições de Shulman (1988), que nos permite refletir sobre a construção de pesquisas no campo educacional, quando diz que,

A razão mais importante pela qual a metodologia de pesquisa em educação constitui-se numa área tão excitante é que a educação não é propriamente uma disciplina. De fato, a educação é um campo de estudo, um local que contém fenômenos, eventos, instituições, problemas, pessoas e processos que em si mesmos constituem a matéria-prima para investigações de muitos tipos. (SHULMAN, 1988, p. 05).

Com base nas palavras acima mencionadas, fica claro que, no momento em que a teoria e a prática passam a ser tratadas isoladamente, são gerados graves equívocos, durante o processo educacional, principalmente no ensino e na aprendizagem da matemática. Além disso, a falta de interação entre elas resulta em uma enorme perda das práticas nas escolas, até por que, do ponto de vista de ação docente, a profissão de educador é uma prática social.

Pensando ainda sobre a noção de pesquisa, e em particular sobre as vantagens de que em determinadas pesquisas é possível coadunar teoria e prática. A esse respeito D' Ambrósio (1999) vem nos dizer que,

O elo entre passado e futuro é o que conceituamos como presente. Se as teorias vêm do conhecimento acumulado ao longo do passado e os efeitos da prática vão se manifestar no futuro, o elo entre teoria e prática deve se dar no presente, na ação, na própria prática. E isso nos permite conceituar pesquisa como elo entre teoria e prática. (D' AMBRÓSIO, 1999, p. 80).

Fica claro que, a pesquisa é um conjunto de propostas e ações para encontrar a solução para um problema. Geralmente os indivíduos realizam pesquisas quando existe um problema e não se tem informações para solucioná-lo, ou até mesmo para comprovação de fatos existentes, tomando como base os procedimentos racionais e sistemáticos.

Em se tratando das pesquisas voltadas para a realização de atividade investigativa no cotidiano, podemos compreender com clareza certa interação crítica diante realidade, ou seja, cada pesquisador sempre busca um questionamento preciso, criativo e crítico, na realização de estudos.

CAPÍTULO I

COMPREENDENDO OS FATORES DA EXCLUSÃO SOCIAL

Retomando o contexto histórico, como forma de proporcionar um maior entendimento do tema debatido neste estudo, trazemos as contribuições de Amaral (1997), quando nos afirma que, na Antiguidade Clássica, havia muita segregação e abandono de pessoas com deficiência. Nas cidades de Grécia e Roma, pessoas com deficiência eram mortas, abandonadas à sorte e expostas publicamente, em outras situações desumanas, as crianças eram eliminadas após o parto por seus pais, havendo uma lei que dava o direito ao pai para realização desse ato, ou seja, a discriminação social é um ato ofensivo que existe desde a antiguidade, e que infelizmente ganhou forças até a contemporaneidade, pois, com tantos avanços aos direitos humanos, ainda temos conhecimento, por meio da mídia escrita ou televisiva, de atos de barbárie, em países pouco desenvolvidos, onde mulheres são humilhadas, mutiladas, crianças são forçadas ao trabalho escravo e a exploração sexual, vivendo sempre em condições precárias.

A assistência social à infância, enquanto ação do Estado e iniciativa pública teve início no Brasil no final do século XVII. E assim nasce, em 1726, na Bahia, a primeira “casa dos expostos”, já no Estado do Rio de Janeiro, a criação ocorreu em 1738. (SILVA, 2000).

Entre meados do final do século XIX e início do século XX, no período de transição da Monarquia para Brasil República, ocorreu um fenômeno considerado, uma espécie de explosão demográfica no Brasil. Houve um crescente número de habitantes, ou seja, a população acabou triplicando, passando de 10 para 30 milhões. Essa mudança permitiu significativas melhorias para a história da legislação brasileira em relação à criança, pois as pessoas com menos de 19 anos de idade passaram a representar 51% da população. (SILVA, 2000).

É do nosso conhecimento, que a história da educação no Brasil teve início em 1549, com a vinda dos jesuítas que aqui apontaram em companhia do governador geral do Brasil, Tomé de Souza, sendo que desde o ocorrido da chegada dos jesuítas, e assim se passaram aproximadamente, segundo dados históricos, mais de duzentos anos, a educação em nosso país foi comandada, quase que com exclusividade, pelos padres da Companhia de Jesus, que por meio da fé e dos preceitos católicos, regiam o ensino público de nosso País (HAIDAR, 2003).

Ainda sobre o contexto do nosso ensino público brasileiro, coordenado pelos padres Jesuítas, Haidar (2003), nos afirma que,

Como não seria possível converter os índios à fé católica sem que soubessem ler e escrever, se dedicaram à pregação da fé católica e ao trabalho educativo, formando inclusive sacerdotes para a obra missionária na nova terra. Embora destinados à formação do clero, os colégios então fundados pelos jesuítas também prepararam para os estudos superiores. (HAIDAR, 2003, p. 34).

Grandes transformações que vêm ocorrendo desde os anos 30 do século passado, podem ser observadas no sistema educacional brasileiro, referente à quantificação da oferta. Contudo, qualitativamente, o processo não se deu no mesmo nível, por isso há uma aparente situação paradoxal nesse contexto. Sendo assim, trazemos as contribuições de Pontes (2002), quando afirma que,

[...] objeto de amplo processo de reestruturação, visando atender ao aumento de demanda resultante da evolução política e institucional do País, da industrialização e da urbanização, o sistema foi capaz de atender às necessidades no que concerne à evolução quantitativa da oferta. (PONTES, 2002, p.5).

Somente na década de 50, começaram a surgir às primeiras escolas especializadas e classes especiais. Nesse período, predominava o conceito estritamente científico de deficiência, acompanhado da concepção e atitude assistencialista presente na Idade Média, havendo a presença de instituições filantrópicas de atendimento aos alunos com deficiência (BRASIL, 2006).

Observa-se um maior avanço, no que diz respeito ao surgimento de escolas inclusivas, quando na década de 70, os alunos que apresentavam algum tipo de deficiência começaram a frequentar regularmente as classes comuns, e, esse fato só foi possível, devido os avanços nas propostas de integrar todos os alunos num só ambiente de aprendizagem, que demonstrava novas possibilidades educacionais e avanços dos estudos nas áreas de Pedagogia e Psicologia.

Pensando em todas essas transformações observadas no decorrer das décadas, faz-se necessário refletirmos sobre as palavras de Sasaki (1998), ao mencionar que,

[...] esse paradigma é o da inclusão social – as escolas (tanto comuns como especial) precisam ser reestruturadas para acolherem todo espectro da diversidade humana representado pelo alunado em potencial, ou seja, pessoas com deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas e com qualquer grau de severidade dessas deficiências, pessoas sem deficiências e pessoas com outras características atípicas, etc. É o sistema educacional adaptando-se às necessidades de seus alunos (escolas inclusivas), mais do que os alunos adaptando-se ao sistema educacional (escolas integradas) (SASSAKI, 1998, p.09-17).

Outro documento oficial, e que pode nos trazer informações ainda mais esclarecedoras com relação às formas de inclusão e cuidados com as crianças e adolescentes, considerado como um Marco fundamental da evolução jurídico-institucional do País, a Carta Magna (BRASIL, 1988a) institui no Artigo 227,

O [...] dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988^a, p.148).

Já no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), que trata do respeito e do bem-estar das crianças e adolescentes, compreende-se a importância de uma ampliação das políticas públicas em nosso país, principalmente políticas que promovam uma maior efetivação de garantia de segurança, lazer e proteção das crianças e adolescentes de nosso país, principalmente em seus lares, onde em muitos casos a violência, que exclui, que maltrata, tem início no próprio seio familiar. No texto do estatuto, versa que,

[...] é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder político, que a ela devem assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, p. 25).

O contexto social, econômico e político brasileiro é o do neoliberalismo, que tenta, via globalização pretensamente inexorável imprimir marca indelével nas políticas públicas, entre elas a educação. Esse modelo econômico vigente, que define a atual política educacional de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, negros, pardos, homossexuais ganhando cada vez mais espaço também na sociedade, pois, para a comunidade gay brasileira, o reconhecimento de união estável legalizada entre pessoas do mesmo, traz mudanças significativas, e permite uma gama de discussões, que devem ser iniciadas já no Ensino Fundamental, pois, é no início do processo de escolarização, que o indivíduo começa a compor efetivamente sua formação, sua personalidade e passa a transparecer marcas da sua subjetividade, que permitirá a formação de um cidadão, consciente, tranquilo, capaz de aceitar e conviver com a diversidade, racial, sexual, econômica, cultural e até mesmo intelectual, pois aquelas pessoas consideradas pelos ignorantes, como intelectualmente incapazes, como ocorre há muitos anos, com os cegos, pessoas que tem síndrome de down ou sofrem de algum

transtorno mental, estão começando a ter seu espaço garantido em instituições de ensino superior e conseqüentemente no mercado de trabalho.

Todo esse fato acima descrito é considerado como um grande avanço, mas não é ainda uma política pública ampliada, capaz de atender as necessidades dos tidos como “despreparados”, “incompetentes”, ou seja, essas pessoas estão condenadas à exclusão escolar, social e principalmente, ao atingir a fase adulta, exclusão no mercado de trabalho.

CAPÍTULO II

É POSSÍVEL UM AMBIENTE ESCOLAR INCLUSIVO?

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – Necessidades Educacionais Especiais (BRASIL, 1998), a prática da inclusão social repousa em alguns princípios importantes, como a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana e a aprendizagem por meio da cooperação entre os indivíduos.

Pensando no texto dos PCN'S , enfatizamos a importância da sensibilidade do educador para a realização de um ensino em prol do coletivo, que contemple toda a diversidade de seus alunos, que cada educador tenha em sua singularidade a importância do respeito a cada indivíduo que vem para a sua sala de aula, em busca de compartilhar o conhecimento, pois além de ter em mente a importância de compreender a subjetividade de cada um de seus alunos, o professor deve sempre aproveitar, para o contexto de ensino, o conhecimento nato, que cada aluno traz para o ambiente escolar.

A esse respeito, segundo nos afirma Pontes (2002),

[...] é indispensável à percepção da injustiça, e é a emoção que gera o sonho de um mundo igualitário. Mas a efetiva mudança nessa direção depende da consciência crítica, apanágio do pensamento, que só encontrará razão prática na concepção de políticas sociais autônomas, planejadas estrategicamente e implementadas sob a égide das melhores técnicas de programação, administração e gestão (PONTES, 2002, p.8).

A educação escolar deve ser vista como um instrumento estratégico para colaborar com o desenvolvimento econômico, social, cultural e político do Estado e de seu povo, e para garantir a efetivação dos direitos básicos de cidadania e da liberdade pessoal, concebendo a escolarização como um direito do cidadão e um patrimônio igualitário da sociedade. Sendo assim, entendemos que a administração educacional requer planejamento, execução e principalmente fiscalização da qualidade da educação oferecida.

Todas as formas de se fazer educação, devem ocorrer da forma mais ampla e democrática possível, para que novos espaços possam surgir para todas as concepções, culturas, etnias, princípios e orientações, respeitando os conteúdos expressos na legislação nacional e estadual e principalmente, respeitando o direito de cada viver sua vida de forma consciente e com segurança.

Muitos são os benefícios de um ambiente inclusivo e suas dificuldades, segundo Staimback e Staimback (1999), o educador tem capacidade e por isso deve desempenhar um

importante papel na percepção dos alunos, no que diz respeito às diferentes potencialidades e limitações, que cada um traz para o contexto de sala de aula.

No entendimento dos autores acima mencionados a realização de atividades, por meio das quais, os alunos sejam estimulados a apresentarem de forma oral ou escrita suas habilidades, permite ao docente diagnosticar as limitações de cada um, sem que estes sejam expostos ao ridículo, pois sabemos que a timidez de falar em público é um dos grandes problemas enfrentados pelo cidadão, então, faz-se necessário que tal atividade, que surge como uma espécie de avaliação diagnóstica, não force nenhum a aluno a desenvolver habilidades que ainda não se sinta preparado.

Staimback e Staimback (1999) nos dão suas contribuições quando afirmam que,

Gerando respostas dessa maneira, os alunos e o professor podem ver que todos têm aptidões e habilidades e que todos precisam de ajuda em algumas áreas. Karen pode ser ótima em leitura, mas pode precisar de ajuda nas brincadeiras no playground. Carmen pode ter dificuldade em matemática, mas é ótima para lembrar-se de coisas e organizar pessoas e atividades. As salas de aula podem tornar-se comunidades de apoio mútuo se os professores promoverem o respeito pelas diferenças e proporcionarem oportunidades diversificadas para os alunos enxergarem uns aos outros de muitas maneiras. (STAIMBACK; STAIMBACK, 1999, p. 299).

As amizades conquistadas pelos alunos em um ambiente escolar inclusivo, pode trazer benefícios que auxiliem a se sentirem efetivamente membros de uma comunidade, e ainda propicia o aprendizado ao respeito as diferenças, conforme assim, nos afirma também, Staimback e Staimback (1999).

Para esses autores, uma escola que trabalha com ações inclusivas, desperta o interesse e o apoio mútuo dos alunos, mas, essas ações não devem ocorrer uma única vez, e sim, devem ser contínuas, para conscientizar um grande número de alunos e também de professores, que precisam se “reciclar”, para compreender essa gama de novidades trazidas com os alunos, para o ambiente de sala de aula, pois muitas vezes os profissionais de educação, tem se mostrado indolentes, diante das mudanças ocorridas no contexto educacional, existentes em nosso país, e alguns profissionais demonstram resistência, em mudar o seu jeito de trabalhar, ou seja, mudar para métodos mais práticos, mais flexíveis.

A esse respeito, Carvalho (1998), ressalta que,

Os próprios professores têm se queixado de sentimentos de segregação. Os que atuam em educação especial lamentam não serem incluídos em todas as reuniões pedagógicas que acontecem na escola ou nas Secretarias de Educação, ficando limitados às que são organizadas pela educação especial. Curiosamente, seus pares que trabalham em turmas regulares também não são convidados a participar dos

trabalhos pedagógicos promovidos pela educação especial. (CARVALHO, 1998, p. 91).

Menezes (2011) afirma que as escolas com um bom convívio escolar têm muito a ensinar, por isso, a valorização das relações humanas é fundamental para transformar instituições de ensino em verdadeiras comunidades de aprender.

Antes de tudo, para um bom convívio, é preciso que haja convívio – o que, por mais óbvio que pareça, nem sempre ocorre. Quando o ensino se resume a treinamento e transferência de informações, as interações entre estudantes chegam a ser evitadas a pretexto de prejudicarem a concentração. O que resta é uma relação de competição entre alunos e de recíproca cobrança entre eles e seus professores. Já se o convívio participativo é promovido nas salas de aula e em atividades de sentido social, artístico, técnico ou científico, o aprendizado se dá um processo cooperativo, no qual relações de confiança e amizade se estabelecem naturalmente. Isso pode ocorrer por iniciativa de um professor, mas só se generaliza quando há um projeto educativo que promove a convivência de toda a equipe escolar e dos jovens. (MENEZES, 2011, p. 114).

Com base nas palavras do autor acima mencionado e pensando no texto da constituição que versa sobre o direito de igualdade entre as pessoas, é possível afirmar que a Constituição Federal de 1988 marcou a intenção de construir uma sociedade livre, justa e igualitária, capaz de erradicar o quadro de pobreza e marginalidade, reduzir as desigualdades sociais e regionais e, ao mesmo tempo, superar todos os tipos de preconceitos – origem, raça, sexo, cor, idade e outras formas de discriminação.

A realidade social e educacional do nosso país, a princípio, continua apresentando dados não harmônicos com a proposição constitucional, principalmente no cenário da educação brasileira, pois o que é realmente possível entender é que, trata-se de um discurso corrente para a construção da cidadania, entendida como resultado de históricas lutas desenvolvidas pelos diferentes grupos sociais, porém, o trabalho, que objetiva promover valores como, respeito à diversidade cultural, racial e étnica, ao meio ambiente, a todas as formas já manifestadas de orientação sexual, aos direitos humanos e ao combate a intolerância, não podem ser implementadas apenas como simples conteúdo, mas sim, que tais ações, sejam construídas efetivamente e incorporadas como prática no cotidiano escolar.

Dessa forma, com base nas leituras dos autores que tratam da temática abordada, e após termos conhecido um pouco do real significado que tem as palavras exclusão e inclusão e a carga semântica que cada vocábulo desses pode representar na vida de uma criança, de um jovem, só por que ELE ou ELA apresentam características, que de alguma forma o diferenciam de seus demais colegas, fica claro que, iniciativas para a inclusão de todos, além

de efetiva e rígida ação política, no sentido de garantir o cumprimento das leis e de esforços que permitam a ampliação e a efetiva presença dos grupos historicamente estigmatizados, mostram-se extremamente necessárias e importantes, para que a prática social e inclusiva se torne consistente com seu discurso. (BRASIL, 2006).

Menezes (2012), diz ainda que toda instituição de ensino pode promover valores, mas nunca fazer pregação e discriminar quem pense de outra forma, pois numa sociedade democrática, é do interesse de todos defenderem o direito de escolha de cada um, respeitando a liberdade dos demais. Por isso, o autor afirma, que, toda forma de discriminação deve ser efetivamente combatida.

A história da educação inclusiva tornou-se um movimento de ordem mundial e pode ser claramente compreendida como uma ação política, cultural, social e também pedagógica, pois desencadeia ações em defesa do direito de todos os alunos estarem juntos, aprendendo e participando das atividades igualmente, sem nenhum tipo de discriminação.

Segundo Vieira (2008) a educação inclusiva é objeto de interesse em muitos países de primeiro mundo, a autora afirma também que o Canadá foi país pioneiro no desenvolvimento do conceito de educação inclusiva. Em se tratando do Brasil, esta autora diz que,

No Brasil, os sistemas de ensino ainda têm um caminho a percorrer para assegurar uma boa educação a todos. É importante compreender que a inclusão não é tarefa da educação especial, mas das redes públicas de ensino. [...] no Brasil uma parte importante de crianças com deficiência não frequentam o sistema público de ensino. (VIEIRA, 2008).

As vagas ofertadas no sistema público de ensino, ainda não são suficientes para a demanda de alunos que buscam uma vaga. Nos grandes centros a falta de vagas é mais sentida, do que em outros Estados menores do nosso país. Dentro da perspectiva da construção de espaços educacionais inclusivos. Muitos autores discutem sobre a forma como muitos educadores conduzem suas aulas, ou seja, afirmam que a metodologia utilizada pelo professor, pode representar ou não marcas da exclusão e nunca de inclusão social.

Sabemos que uma escola não se constrói a partir do zero, e nem o aprendiz é uma tábula rasa, ou uma mente vazia. Por várias vezes o ensino choca-se de frente com as concepções dos aprendizes, isto é, os professores nem sempre valorizam ou levam em consideração para o contexto de sala de aula, o conhecimento e/ou as experiências de seus alunos.

Pensando assim, trazemos as contribuições de Perrenoud (2000), ao tratar da questão em discussão, quando afirma que,

Tudo se passa como se o ensino teórico expulsasse, na hora da aula e do exame, uma naturalidade prestes a reaparecer a todo vapor nos outros contextos. [...] Trabalhar a partir das representações dos alunos não consiste em fazê-las expressarem-se, para desvalorizá-las imediatamente. O importante é dar-lhes regularmente direitos na aula, interessar-se por elas, tentar compreender suas raízes e sua forma de coerência, não se surpreender se elas surgirem novamente, quando as julgávamos ultrapassadas. Para isso, deve-se abrir um espaço de discussão, não censurar imediatamente as analogias falaciosas, as explicações animistas ou antropomórficas e os raciocínios espontâneos, sob pretexto de que levam a conclusões errôneas. (PERRENOUD, 2000, p. 28-29).

Com base nas palavras do autor, fica claro que, o professor que trabalha por meio das representações dos seus alunos, busca reencontrar a memória do tempo que ainda não sabia existir, ou seja, o educador se coloca no lugar dos seus aprendizes, e isso traz colaborações significativas para o processo de ensino-aprendizagem e permite a cada aluno passe a conhecer o mundo uns dos outros, por meio do compartilhamento de histórias, isto é, trata-se de uma espécie de tecnologia verbalizada, pois, como tão frequentemente ocorrem compartilhamentos nas redes sociais do mundo inteiro, também é possível socializar discussões com os alunos, envolvendo questões teóricas, atreladas ao conhecimento de mundo e as experiências vividas por eles.

De nada adianta ensinar a teoria ou técnicas, sem que o professor perceba as formas de assimilação dos seus alunos, e essa é uma questão que está diretamente ligada ao processo de exclusão, pois os alunos considerados “bagunceiros” ou “indisciplinados” são sempre os mesmos que recebem menos atenção de seus professores, justamente por serem considerados “alunos-problemas”, ou seja, aquele aluno que desafia o professor, que não aceita uma verdade absoluta, ou um aluno com perfil mais liberal, que deseja uma escola mais aberta, com mais diálogos, que compreendam a diversidade humana.

Freire (1996) nos dá sua contribuição, ao mencionar que,

O professor que desrespeita a curiosidade do educando, o seu gosto estético, a sua inquietude, a sua linguagem, mais precisamente, a sua sintaxe e a sua prosódia; o professor que ironiza o aluno, que o minimiza, que manda que “ele se ponha em seu lugar” ao mais tênue sinal de sua rebeldia legítima, tanto quanto o professor que se exime do cumprimento de seu dever de propor limites à liberdade do aluno, que se furta ao dever de ensinar, de estar respeitosamente presente à experiência formadora do educando, transgride os princípios fundamentalmente éticos de nossa existência. (FREIRE, 1996, p. 66).

Concordamos com as palavras do autor acima citado, porém sabemos que nenhum professor deve aceitar que seus alunos confundam ideias liberais/democráticas, com indisciplina ou desrespeito, no entanto, cabe aos educadores, terem em mente que cada aluno

carrega consigo uma bagagem de experiências, uma subjetividade e coadunado a isso estão suas escolhas e principalmente a sua forma de entender a educação, o ensino, o mundo.

Morin (2002) afirma que existe uma relação triádica indivíduo/sociedade/espécie, sendo que os indivíduos são produtos do processo reprodutor da espécie humana, no entanto, este processo deve ser realizado por dois indivíduos. Todo esse circuito citado pelo autor acima mencionado nos revela a complexidade da pluralidade humana, que é tão diferente, tão heterogênea.

Pensando nessa relação triádica, associada ao ensino, podemos dizer que o indivíduo seria o professor, a sociedade o ambiente escolar e a espécie os alunos, sendo assim, ficam evidentes que as tarefas dos professores são justamente abranger essa pluralidade, e não desfazer ou permitir que situações de exclusão sejam recorrentes na escola ou na sala de aula.

Não podemos jamais nos deixar levar pela ilusão de que depende apenas do professor a missão de banir situações de exclusão no ambiente escolar, afinal, muitos são os sujeitos envolvidos no contexto educacional, porém o professor desempenha papel importante na vida de seus alunos.

Segundo Freire (1996),

É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornaram educáveis na medida em que se reconheceram inacabados. Não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade. É também na inconclusão de que nos tornamos conscientes e que nos insere no movimento permanente de procura que se alicerça a esperança. (FREIRE, 1996, p. 64).

Acreditamos que o ideal no processo educativo é que educadores e educandos possam conviver de tal maneira com este saber da inconclusão assumida e também com outros saberes. Este mesmo autor (Op. Citada) diz também que,

Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar. A boniteza de ser gente se acha, entre outras coisas, nessa possibilidade e nesse dever de brigar. Saber que devo respeito à autonomia e à identidade do educando exige de mim uma prática em tudo coerente com este saber. (FREIRE, 1996, p. 65).

Todas as discussões acerca de espaços educativos, voltados para a prática de inclusão, nos leva ao entendimento de que, a falta de políticas públicas, de capacitação, de uma mudança no sistema escolar público brasileiro, são fatores que agravam, ou atrasam o conhecimento, o desejo de mudança de muitos educadores, pois alguns estão voltados para a

prática de ensino tradicional, na qual, somente o professor pode expressar o conhecimento, ou seja, a educação bancária, tão criticada por especialistas educacionais, mas ainda tão presente nas escolas brasileiras.

Os tempos estão mudando, e com o advento da tecnologia, logo, o acesso a informação e ao conhecimento tornam-se amplos e mais acessíveis, ou seja, as pessoas mudaram sua forma de pensar, e ao chegar na escola, espera-se encontrar um ambiente agradável, que se tenha espaço para debates, onde todos sejam aceitos independente de suas escolhas, de suas limitações, de sua estatura física.

Sendo assim, Morin (2002) diz que,

[...] Há uma diversidade humana. A unidade não está apenas nos traços biológicos da espécie *Homo sapiens*. A diversidade não está apenas nos traços psicológicos, culturais, sociais do ser humano. Existe também diversidade propriamente biológica no seio da unidade humana; não apenas existe unidade cerebral, mas mental, psíquica, afetiva, intelectual; além disso, as mais diversas culturas e sociedades têm princípios geradores ou organizacionais comuns. É a unidade humana que traz em si os princípios de suas múltiplas diversidades. (MORIN, 2002, p. 55).

Partindo das palavras citadas pelo autor, ficamos com a reflexão de que a educação deve ilustrar este princípio de unidade/diversidade em todas as suas esferas, isto é, deve se respeitar a diversidade humana, e aproveitar a capacidade de cada um, no fazer educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando como base todas as discussões para a elaboração deste estudo foi possível observar que a inclusão social tem como princípio geral apagar todas as distâncias de natureza física, social e econômica entre os cidadãos, e principalmente, eliminar as fronteiras e obstáculos entre o nós e o eles.

Aproximar é a palavra que define os novos rumos que acreditamos para o ensino público brasileiro. Sabemos que ainda há muito a ser feito que para que todas as mudanças sejam percebidas, no entanto, somos conscientes que é inconcebível ainda aceitarmos qualquer tipo de discriminação no ambiente escolar, e até mesmo nos mais diversos contextos da sociedade.

É muito comum sabermos que negros, gordos, pessoas muito magras, homossexuais, pobres, negros, ex-presidiários, pessoas com histórico de terem sido usuários, entre outros, sofrerem muita discriminação, serem apontados, ridicularizados, marginalizados pela sociedade. Trazendo para o contexto educacional, não podemos permitir que num ambiente escolar, espaço com finalidade de aprendizagens compartilhadas, alguns alunos sejam favorecidos, em detrimento da condição física, social, racial, étnica ou econômica dos demais discentes.

Trabalhar com as diferenças, com a diversidade, com o “novo” não é uma tarefa, e somos conscientes, principalmente de que não é apenas o professor que irá conseguir abolir a discriminação e/ou exclusão do contexto escolar, mas se educadores excluem, se não dialogam com seus alunos considerados problemáticos, que apresentam alguma deficiência, ou só por que são diferentes dos demais colegas na cor, ou no espaço social onde estão inseridos, fica quase impossível que o processo de inclusão ocorra na escola.

Não podemos negar os problemas existentes por trás dos muros de uma escola. A educação pode mudar a forma dos indivíduos se conhecerem, de aceitarem uns aos outros, conforme cada um constrói sua subjetividade, seus conhecimentos, sua forma de moldar o mundo. O trabalho realizado por meio da educação permite a reflexão da realidade, de compreendermos que o mundo padece de mudanças urgentes, principalmente por parte dos governantes, que devem valorizar mais o trabalho docente, proporcionando políticas públicas inclusivas e valorizando mais o trabalho docente, por meio de cursos de capacitação que tratem da diversidade humana e do respeito a todas as formas de vida humana.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, L. **Histórias da exclusão: e de inclusão? – na escola pública.** In: CONSELHO REGIONAL DE PSICÓLOGOS. Educação Especial em debate. SP: Casa do Psicólogo/ Conselho Regional de Psicologia, 1997.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 5 outubro 1988a. Seção 1, p.1.
- BRASIL, Lei nº 8.069. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília, 1990.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). Declaração de Salamanca. Brasília, 1994. **Disponível em:** <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> **Acesso em:** 30 jan. 2014.
- BRASIL, Lei 9.394/96. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.
- BRASIL. Decreto n. 3298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 1999.
- BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais. **Adaptações Curriculares: Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais.** Brasília, 1999.
- BRASIL, Lei 10.048/00. **Atendimento às pessoas com deficiência pelas empresas públicas de transporte e concessionárias de transporte coletivo.** Brasília, 2000.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em educação especial.** 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. WVA, 1998.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- Haidar, M. Cadernos de Formação História da Educação: Pedagogia Cidadã: Unesp, 2003.
- MENEZES, Luiz Carlos de. **Sobre as religiões e as convicções na escola.** Revista Nova Escola. Editora Abril. Ano XXVII – Nº 253, São Paulo, 2012.
- _____. **Escolas com bom convívio têm muito a ensinar.** Revista Nova Escola. Editora Abril. Ano XXVIII – Nº 259, São Paulo, 2013.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 6. Ed. – São Paulo: Cortez, 2002.
- PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PONTES, M. **Equidade: Tratamento Desigual aos Desiguais**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 2002.

SASSAKI, R. **Entrevista especial à Revista Integração**. Revista Integração. MEC: Brasília, v. 8, n.20, p.09-17, 1998.

SILVA, C. **Diretrizes nacionais para a política de atenção integral à infância e à adolescência**, 2000. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/conanda/diretrizes2.htm>>. Acesso em: 30 Jan. 2014

STAIMBACK S.; STAIMBACK W. **Inclusão: Um guia para Educadores**. Porto Alegre, Artmed, 1999.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VIEIRA, Rita. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Inclusão: Revista da Educação Especial. Brasília, v.4, n.1, p. 18, 2008.